



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

**EDITAL**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº 0376/2016**

<b>Objeto:</b> Eventual aquisição de bandeiras, destinadas às Unidades deste E. Tribunal.
<b>Registro de Preços:</b> Sim
<b>Exclusiva ME/EPP:</b> Não
<b>Valor Total Estimado:</b> R\$ 94.225,50 (totalidade dos lotes)

<b>Data e local da disputa:</b> 08/11/16, até as 10h00 para inserir propostas; e, às 11h00 início da disputa, no endereço eletrônico <a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a>
<b>Licitação nº:</b> 650894

<b>Vistoria:</b> Facultativa	<b>Agendamento:</b> Coordenadoria de Material e Logística, Fone:(19) 3231-9500 - ramal 2243
<b>Amostra:</b> Sim (item 11 do edital)	
<b>Laudo/Certificado:</b> Não	

**Documentos de Habilitação**

<b>Jurídica</b>
Ato constitutivo, estatuto, contrato social ou outro documento exigível
<b>Previdenciária, fiscal e trabalhista</b>
Prova de inscrição no CNPJ e no Cadastro de contribuintes municipal ou estadual
Prova de regularidade previdenciária e fiscal (federal, estadual e municipal) e CRF ou Sicaf
Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho
<b>Econômico-financeira</b>
Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata
Outros:
<b>Declarações</b>

**Prazos**

<b>Envio proposta e documentação por meio eletrônico</b>	3 horas após solicitação do pregoeiro	<b>Envio proposta e documentação originais</b>	3 dias úteis após solicitação do pregoeiro
<b>Pedido de esclarecimentos</b>	Até 3 dias úteis anteriores ao pregão	<b>Impugnação</b>	Até 2 dias úteis anteriores ao pregão

**Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame**

[licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)

**Telefones**

(19) 3232-8519 ou 3231-9500 ramais 2580/2523



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

## **EDITAL DO PROCESSO DE COMPRA Nº 0376/2016 PREGÃO ELETRÔNICO**

### **REGISTRO DE PREÇOS**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO** torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, tipo menor preço, pelo Sistema de Registro de Preços, regida pelo disposto na Lei n.º 10.520/2002, em especial pelo disposto no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei Complementar n.º 123/2006, no Decreto 8.538/2015, no Decreto n.º 7.892/2013 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/1993, e nas demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

#### **1. DO OBJETO**

Registro de Preços para eventual aquisição de bandeiras, destinadas às Unidades deste E. Tribunal, conforme descrições contidas no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

#### **2. DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<b>a. Recebimento das Propostas:</b>	<b>Até as 10h00 do dia 08/11/2016</b>
<b>b. Início da disputa de preços:</b>	<b>08/11/2016, às 11h00</b>
<b>c. Endereço Eletrônico:</b>	<b><a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a></b>

**Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília - DF.**

#### **3. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

3.1. Os interessados em participar do Pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para o acesso ao sistema eletrônico, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.1.1. É de exclusiva responsabilidade do licitante o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico, quer pelo seu representante, quer por terceiros, ainda que indevidamente.

3.2. Eventuais dúvidas relativas ao sistema [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) poderão ser sanadas pelos telefones do "BB Responde": 4004-0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-7290001 (demais localidades), ou 3003-0500 (Suporte Técnico).

3.3. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

a data e horário limites estabelecidos no subitem 2, alínea "a" para o recebimento das propostas.

4.1.1. O acesso para a informação dos dados deverá ser feito na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "**Acesso Identificado**".

4.1.2. O licitante deverá OBRIGATORIAMENTE enviar sua proposta comercial, por meio eletrônico, conforme instruções do sistema.

4.1.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. (órgão provedor do sistema) ou ao TRT, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, antes de registrar sua proposta, o tipo de segmento quanto ao faturamento, que **cumprirá plenamente os requisitos de habilitação**, bem como que **a proposta está em conformidade com as exigências editalícias**, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento convocatório, na hipótese de prestação de declaração falsa.

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.3.1. Concordatárias, em recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.3.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com este órgão suspenso, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com quaisquer órgãos, entidades ou unidades da Administração Pública;

4.3.3. Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.4. Que estejam enquadradas como OSCIP - Organização Social de Interesse Público (Acórdão TCU 746/2014-Plenário).

## 5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA

5.1. O licitante deverá consignar em campo próprio do sistema eletrônico ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)), até a data e horário limites para recebimento das propostas, o **VALOR TOTAL OFERTADO POR LOTE**, em reais, em algarismos, já incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas. Os preços serão calculados mediante as fórmulas abaixo:

**LOTE 01** **(VLU x 50) = VTL**

**Onde:**

**VLU** = Valor unitário da Bandeira do Brasil – uso externo

**50** = Quantidade de bandeiras

**VTL** = Valor Total do Lote

**LOTE 02** **(VLU x 50) = VTL**

**Onde:**

**VLU** = Valor unitário da Bandeira do Estado de São Paulo – uso externo



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

**50** = Quantidade de bandeiras  
**VTL** = Valor Total do Lote

**LOTE 03** **(VLU x 5) = VTL**

**Onde:**

**VLU** = Valor unitário da Bandeira do Município de Campinas – uso externo  
**5** = Quantidade de bandeiras  
**VTL** = Valor Total do Lote

**LOTE 04** **(VLU x 30) = VTL**

**Onde:**

**VLU** = Valor unitário da Bandeira do Brasil – uso interno  
**30** = Quantidade de bandeiras  
**VTL** = Valor Total do Lote

**LOTE 05** **(VLU x 30) = VTL**

**Onde:**

**VLU** = Valor unitário da Bandeira do Estado de São Paulo – uso interno  
**30** = Quantidade de bandeiras  
**VTL** = Valor Total do Lote

**LOTE 06** **(VLU x 100) = VTL**

**Onde:**

**VLU** = Valor unitário da Bandeira do TRT 15ª Região – uso interno  
**100** = Quantidade de bandeiras  
**VTL** = Valor Total do Lote

**LOTE 07** **(VLU1 x 20\*) + (VLU2 x 20\*) + (VLU3 x 20\*) + (VLU4 x 30\*)=VTL**

**Onde:**

**VLU1** = Valor unitário do conjunto Bandeira do Brasil padrão luxo + roseta + mastro + base – uso interno  
**VLU2** = Valor unitário do conjunto Bandeira do Estado de São Paulo padrão luxo + roseta + mastro + base – uso interno  
**VLU3** = Valor unitário do conjunto Bandeira do TRT 15ª Região padrão luxo + roseta + mastro + base – uso interno  
**VLU4** = Valor unitário do conjunto Bandeira do Município de Campinas padrão luxo + roseta + mastro + base – uso interno  
**\*** = Quantidade de conjuntos  
**VTL** = Valor Total do Lote

5.2. O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observado o valor estimado por este Tribunal (Anexo I).

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Até o prazo limite para acolhimento das propostas, previsto no item 2, alínea "a", os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



6.2. A partir do horário previsto no item 2, alínea "b", a sessão pública será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a).

6.3. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, no horário previsto no item 2, alínea "b".

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. Em caso de empate, prevalecerá o lance que for recebido e registrado primeiro.

6.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.10. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.10.2. Na hipótese de ocorrência de total indisponibilidade do sistema eletrônico, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, que deverá ser retomada às **11h00** do dia útil subsequente.

6.11. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a). O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

7.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do(a) Pregoeiro(a), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

7.1.2. Não havendo apresentação de proposta na forma do subitem 7.1.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.3. O não exercício do direito de preferência ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora.

7.1.4. O disposto no subitem 7.1 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.2. No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, não ocorrendo as situações ensejadoras da aplicação do subitem 7.1 e após obedecido ao disposto no parágrafo segundo, do artigo 3º, da Lei 8.666/93, a classificação se fará por sorteio, em data aprazada, para o qual os licitantes serão convocados.

## 8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Poderá o(a) Pregoeiro(a), encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas no edital.

8.1.1. Todo o procedimento indicado no subitem 8.1 poderá ser acompanhado pelos demais licitantes.

## 9. DA PROPOSTA ATUALIZADA DE PREÇOS

9.1. A empresa detentora do menor lance deverá encaminhar, **no prazo de 3 (três) horas**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a **Proposta Atualizada de Preços**, readequada ao lance vencedor ofertado, devidamente preenchida conforme modelo do Anexo III, por meio eletrônico ([licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)) por fac-símile (19) 3236-1162, ou, com posterior encaminhamento do original à Coordenadoria de Licitações, localizada na Rua Dr. Quirino, 1.080, 5º andar, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-081, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de solicitação do Pregoeiro(a).

9.1.1. A Proposta Atualizada deverá ser datilografada ou digitada, vedada sua apresentação manuscrita, sem emendas, adendos ou rasuras, e **devidamente assinada pelo representante legal da empresa**, não se admitindo, no preenchimento dos valores, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

9.1.2. Por ocasião da apresentação da Proposta Atualizada, a empresa deverá informar seus dados bancários, tais como número da conta, número da agência e nome do banco (ver Anexo III).

## 10. DA VALIDADE DA PROPOSTA



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

10.1. As propostas apresentadas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento da sessão pública do pregão.

## 11. DAS AMOSTRAS

11.1. Ao licitante detentor da melhor proposta, poderá ser solicitado amostra do material cotado.

11.1.1. A amostra solicitada deverá ser entregue na quantidade e nos moldes especificados no Termo de Referência, Anexo I, portando etiqueta com a identificação do produto, o nome da empresa licitante e o número do processo licitatório (Processo de Compra nº 0376/2016).

11.1.2. A entrega da amostra deverá ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no Sistema Eletrônico, das 12h00 às 18h00, no endereço indicado no subitem 9.1.

11.1.3. A amostra será submetida à Coordenadoria de Material e Logística deste TRT, para análise e respectivo parecer técnico, observados os critérios estabelecidos no Item 3 do Termo de Referência (Anexo I).

11.1.4. O parecer elaborado pela Coordenadoria de Material e Logística, relatando as análises da amostra, será tornado público, pelo(a) Pregoeiro(a), na sessão pública do Pregão.

11.1.5. Não aprovada a amostra, nos termos do parecer da Coordenadoria de Material e Logística, ou, ainda, não encaminhada a amostra solicitada, o licitante será desclassificado, e o(a) Pregoeiro(a) analisará as propostas subsequentes.

11.1.6. Aprovada a amostra, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

11.1.7. A amostra que for rejeitada, por não atender às especificações, deverá ser retirada das dependências deste E. Tribunal, a partir da homologação do certame, no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Para tanto, a empresa deverá entrar em contato com a Coordenadoria de Licitações, pelo e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br), solicitando o agendamento para retirada. Vencido o prazo, à amostra será dado destino que melhor convier a este Órgão.

11.1.7.1. Para análise do material, a amostra poderá ser danificada. Assim, a amostra será devolvida à empresa licitante no estado em que se encontrar, eximindo-se este Tribunal de qualquer ônus por inutilização ou dano decorrente dos testes efetuados.

11.1.7.2. A amostra apresentada pela empresa vencedora do certame ficará retida, até o término da vigência da ata de registro de preços, para comparação com os materiais entregues e, sob hipótese alguma poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Somente será julgada habilitada a empresa que apresentar toda a documentação em conformidade com as exigências estabelecidas no Anexo II deste Edital.

**12.1.1. Os documentos de habilitação relacionados no Anexo II, a**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

**declaração constante do Anexo V, deverão ser remetidos juntamente com a Proposta Atualizada na forma e nos prazos especificados no subitem 9.1.**

12.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão.

12.3. O(a) Pregoeiro(a) procederá à conferência de todos os documentos que ensejem sua verificação na *Internet* e, quando não enviados, imprimirá os que se encontrarem disponíveis.

12.4. A microempresa ou a empresa de pequeno porte deverá comprovar a conformidade com os incisos I ou II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, por meio do envio, no prazo estabelecido no subitem 9.1, do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível ou do Imposto de Renda onde conste a Receita Bruta do mesmo exercício. Outrossim, deverá apresentar declaração, devidamente assinada por seu representante legal, de que faz jus aos benefícios concedidos pela referida Lei (Anexo VI).

12.4.1. Não comprovada a conformidade com o subitem 12.4, a empresa ficará sujeita à aplicação das sanções descritas no item 20 deste Edital.

12.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.4.2.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.4.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

### **13. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

13.1. No julgamento das propostas, a classificação dar-se-á pelo critério de **menor preço, sendo considerada vencedora a proposta com o menor Valor Total do Lote.**

13.2. Serão desclassificadas as propostas manifestamente inexequíveis, as que apresentarem preços excessivos e as que não atenderem às exigências deste Edital.

13.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

13.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas, sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

13.4.1. A não apresentação das informações solicitadas implicará o julgamento no estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.



13.5. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências editalícias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências. O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, será declarado o vencedor e adjudicado a este o objeto do certame, sendo o adjudicatário convocado para assinar a ata, o contrato ou instrumento equivalente, no prazo e condições definidos no item 16.

13.7. Da sessão pública do Pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, que estará disponibilizada na *Internet* para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão.

## 14. DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Confirmada a regularidade da Proposta Atualizada de Preços e dos documentos habilitatórios do licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a) convocará os licitantes remanescentes, pelo sistema eletrônico, para formação do cadastro de reserva, conforme previsão do Decreto 7.892/2013.

14.1.1. Para serem incluídos no cadastro de reserva, os licitantes remanescentes deverão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante declarado vencedor, registrando-a, exclusivamente, por meio do *chat* do sistema eletrônico, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados da convocação pelo(a) pregoeiro(a).

14.1.1.1. Não obstante o registro no *chat*, o licitante deverá, ainda, encaminhar, por e-mail ([licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)), a Proposta Atualizada de Preços (Anexo III), devidamente assinada por seu representante legal, juntamente com o contrato social da empresa, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do registro previsto no subitem anterior.

14.1.1.2. A Proposta Atualizada a que se refere o subitem anterior deverá ser apresentada com o título: CADASTRO DE RESERVA.

14.1.2. O registro a que se refere o subitem 14.1.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, bem como na hipótese do parágrafo único do artigo 13 do referido decreto, e não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.1.3. Se houver mais de um licitante aceitado cotar seus materiais com valor igual ao do licitante mais bem classificado, será obedecida para a classificação, a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

## 15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, com registro da síntese de suas razões, no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) minutos, findo o qual restará inquestionável, por via de consequência, a decadência ao direito de interposição recursal.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

15.1.1. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, a partir de então, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.1.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.2. Eventual recurso deverá ser dirigido ao Senhor Diretor-Geral deste E. Tribunal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), e ser entregue no Protocolo Administrativo, localizado na rua Barão de Jaguará, 901, 4º andar, Centro, CEP: 13015-927, Campinas/SP, no prazo definido no subitem 15.1.1.

15.2.1. Não obstante o disposto no subitem 15.2, o recurso deverá ser encaminhado, na mesma data por e-mail, ao endereço eletrônico [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br). O envio por e-mail não supre a necessidade disposta no subitem 15.2.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

15.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **16. DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Após a homologação do resultado da presente licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços e convocado o vencedor para a sua assinatura, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da sua convocação, ocasião em que será verificada se a empresa mantém as condições de habilitação previstas em edital.

16.1.1 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado, aceito pelo Tribunal.

16.1.2. O não cumprimento do disposto no subitem 16.1 sujeitará a empresa vencedora ao disposto nos artigos 64 e 81 da Lei n.º 8666/93 e ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor adjudicado.

16.1.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **17. DO REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

17.1.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

17.1.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

17.1.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

17.1.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.1.4.1. A estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, no presente certame, corresponde ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

17.1.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

17.2. A existência de preços registrados não obriga este E. Tribunal a adquirir os materiais, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.2.1. A quantidade indicada no Termo de Referência, Anexo I, é meramente estimativa de consumo e será ativada ou desativada de acordo com as necessidades do Tribunal.

17.3. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 12, *caput*, do Decreto nº 7.892/2013.

## **18. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, este E. Tribunal convocará os fornecedores visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

18.2.1. O Tribunal poderá rever, semestralmente, se os preços registrados estão compatíveis com os de mercado.



18.2.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

18.2.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

18.3.1. Ocorrendo a liberação do fornecedor, conforme subitem 18.4, o Tribunal irá convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.4. Não havendo êxito nas negociações, este E. Tribunal procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de ajuste mais vantajoso.

## **19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não retirar a Nota de Empenho ou Autorização de Compra no prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

19.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. por razão de interesse público; ou
- II. a pedido do fornecedor.

## **20. DAS SANÇÕES**

20.1. A empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos seguintes casos, garantidos o contraditório e a prévia defesa.

- I. não apresentar documentação exigida para o certame;
- II. apresentar declaração falsa;
- III. não assinar a Ata de Registro de Preços;
- IV. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- V. não mantiver a proposta;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

- VI. falhar ou fraudar na execução do ajustado;
- VII. comportar-se de modo inidôneo, nos termos da lei;
- VIII. cometer fraude fiscal.

## 21. DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da Ata de Registro de Preços.

## 22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

22.1. Eventuais esclarecimentos e/ou providências referentes ao presente certame poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a) por quaisquer interessados, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br) ou pelo telefone (19) 3231-9500, ramal 2580 ou 2523. O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre o pedido, disponibilizando as respostas diretamente no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no campo "MENSAGENS", no link correspondente a este Edital.

22.2. O ato convocatório deste pregão poderá ser impugnado por qualquer pessoa, física ou jurídica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

## 23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os julgamentos de recursos, as notificações de decisões, bem como a instrução para realização de atos pelas empresas poderão ser realizadas por transmissão eletrônica, fac-símile ou ofício, cujo envio será certificado pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

23.2. Aplicam-se às omissões deste instrumento convocatório, os princípios e as disposições legais e regulamentares que regem a matéria, especialmente as indicadas no preâmbulo deste edital

23.3. Este Instrumento de edital é proveniente de Termo de Referência devidamente aprovado pela autoridade competente, conforme inciso II, artigo 9º do Decreto 5.450/2005.

Campinas, 20 de outubro de 2016.

**ORIGINAL ASSINADO POR**

**Alessandro Piazzon Corrêa**

Pregoeiro(a) responsável pelos procedimentos  
Artigo 11, Decreto 5.450/2005.



## ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS, DESTINADAS ÀS UNIDADES DESTA E. TRIBUNAL.

#### LOTE 01

##### **BANDEIRA DO BRASIL – USO EXTERNO**

- dupla face;
- 100% poliamida;
- medidas 1,35m x 1,93m; e
- confeccionada de acordo com a Lei nº 5.700/71.

**Quantidade:** 50 unidades

#### LOTE 02

##### **BANDEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO – USO EXTERNO**

- dupla face;
- 100% poliamida;
- medidas: 1,35m x 1,93 m;
- confeccionada de acordo com a Lei Estadual nº 145/48.

**Quantidade:** 50 unidades

#### Lote 03

##### **BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS – USO EXTERNO**

- dupla face;
- 100% poliamida;
- medidas 1,35m x 1,93m; e
- confeccionada de acordo com o estabelecido por Lei Municipal.

**Quantidade:** 05 unidades

#### LOTE 04

##### **BANDEIRA DO BRASIL – USO INTERNO**

- bordada em dupla face;
- confeccionada em tecido resistente - TERGAL (73% poliéster e 27% viscose);
- medidas: 0,90 x 1,28m; e
- confeccionada e bordada de acordo com a Lei nº 5.700/71.

**Quantidade:** 30 unidades

#### Lote 05

##### **BANDEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO – USO INTERNO**

- bordada em dupla face;
- confeccionada em tecido resistente - TERGAL (73% poliéster e 27% viscose);
- medidas: 0,90 x 1,28m; e
- confeccionada e bordada de acordo com a Lei Estadual nº 145/48.

**Quantidade:** 30 unidades

#### Lote 6

##### **BANDEIRA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – USO INTERNO**

- bordada em dupla face;
- confeccionada em tecido resistente - TERGAL (73% poliéster e 27% viscose);



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

- medidas 0,90m x 1,28m; e
- confeccionada e bordada de acordo com as Regras estabelecidas pelo TRT 15ª Região e modelo do Brasão.

**Quantidade:** 100 unidades

## Lote 7

### CONJUNTO DE BANDEIRA, ROSETA, MASTRO E BASE - PADRÃO LUXO

#### Item 1

Conjunto: Bandeira do Brasil - Padrão Luxo - Uso Interno - Medidas: 0,90 x 1,28m, roseta, mastro e base.

Características da Bandeira:

- bordada em dupla face;
- confeccionada em cetim especial, com cores vivas e costuras reforçadas com roseta;
- medidas: 0,90 x 1,28m; e
- confeccionada e bordada de acordo com a Lei nº 5.700/71.

Características do Mastro:

- confeccionado em alumínio;
- acabamento cromado;
- altura de 2 metros (2000 mm);
- encapado com veludo nas cores da bandeira;
- com ponteira cromada na cor alumínio.

Características da Base:

- formato circular;
- confeccionada em alumínio;
- medidas aproximadas: 290mm de diâmetro por 190mm de altura;
- dotada de canopla de metal para perfeito encaixe do mastro;
- deve ser da cor exata das partes metálicas do mastro.

O conjunto deverá ser perfeitamente estável.

**Quantidade:** 20 unidades

#### Item 2

Conjunto: Bandeira do Estado de São Paulo - Padrão Luxo - Uso Interno - Medidas: 0,90 x 1,28m, roseta, mastro e base.

Características da Bandeira:

- bordada em dupla face;
- confeccionada em cetim especial, com cores vivas e costuras reforçadas com roseta;
- medidas: 0,90 x 1,28m; e
- confeccionada e bordada de acordo com a Lei Estadual nº 145/48.

Características do Mastro:

- confeccionado em alumínio;
- acabamento cromado;
- altura de 2 metros (2000 mm);
- encapado com veludo nas cores da bandeira;
- com ponteira cromada na cor alumínio.

Características da Base:

- formato circular;
- confeccionada em alumínio;
- medidas aproximadas: 290mm de diâmetro por 190mm de altura;
- dotada de canopla de metal para perfeito encaixe do mastro;
- deve ser da cor exata das partes metálicas do mastro.

O conjunto deverá ser perfeitamente estável.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

**Quantidade:** 20 unidades

### Item 3

Conjunto Bandeira "TRT 15ª Região" - Padrão Luxo - Uso Interno - Medidas: 0,90 x 1,28m, roseta, mastro e base.

Características da Bandeira:

- bordada em dupla face;
- confeccionada em cetim especial, com cores vivas e costuras reforçadas com roseta;
- medidas: 0,90 x 1,28m; e
- confeccionada e bordada de acordo com as Regras estabelecidas pelo TRT 15ª Região e modelo do Brasão.

Características do Mastro:

- confeccionado em alumínio;
- acabamento cromado;
- altura de 2 metros (2000 mm);
- encapado com veludo nas cores da bandeira;
- com ponteira cromada na cor alumínio.

Características da Base:

- formato circular;
- confeccionada em alumínio;
- medidas aproximadas: 290mm de diâmetro por 190mm de altura;
- dotada de canopla de metal para perfeito encaixe do mastro;
- deve ser da cor exata das partes metálicas do mastro.

O conjunto deverá ser perfeitamente estável.

**Quantidade:** 20 unidades

### Item 4

Conjunto Bandeira do Município de Campinas - Padrão Luxo - Uso Interno - Medidas: 0,90 x 1,28m, roseta, mastro e base.

Características da Bandeira:

- bordada em dupla face;
- confeccionada em cetim especial, com cores vivas e costuras reforçadas com roseta;
- medidas: 0,90 x 1,28m; e
- confeccionada e bordada de acordo com as Regras estabelecidas pelo Município de Campinas.

Características do Mastro:

- confeccionado em alumínio;
- acabamento cromado;
- altura de 2 metros (2000 mm);
- encapado com veludo nas cores da bandeira;
- com ponteira cromada na cor alumínio.

Características da Base:

- formato circular;
- confeccionada em alumínio;
- medidas aproximadas: 290mm de diâmetro por 190mm de altura;
- dotada de canopla de metal para perfeito encaixe do mastro;
- deve ser da cor exata das partes metálicas do mastro.

O conjunto deverá ser perfeitamente estável.

**Quantidade:** 30 unidades

1.1. HISTÓRICO DE AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS (CONSIDERANDO A MÉDIA DE CONSUMO DE 2013 A 2015)



Lote 01 - Bandeira do Brasil externa	33 unidades/ano
Lote 02 - Bandeira do Estado de São Paulo externa	31 unidades/ano
Lote 03 - Bandeira do Município de Campinas externa	03 unidades/ano
Lote 04 - Bandeira do Brasil interna	26 unidades/ano
Lote 05 - Bandeira do Estado de São Paulo interna	23 unidades/ano
Lote 06 - Bandeira do TRT 15ª Região interna	55 unidades/ano

## 1.2. ESTIMATIVA DE FUTURAS AQUISIÇÕES

Lote 06 - previsão de aquisição considerando a criação das segundas Salas de Audiência nas Unidades Trabalhistas deste Tribunal.

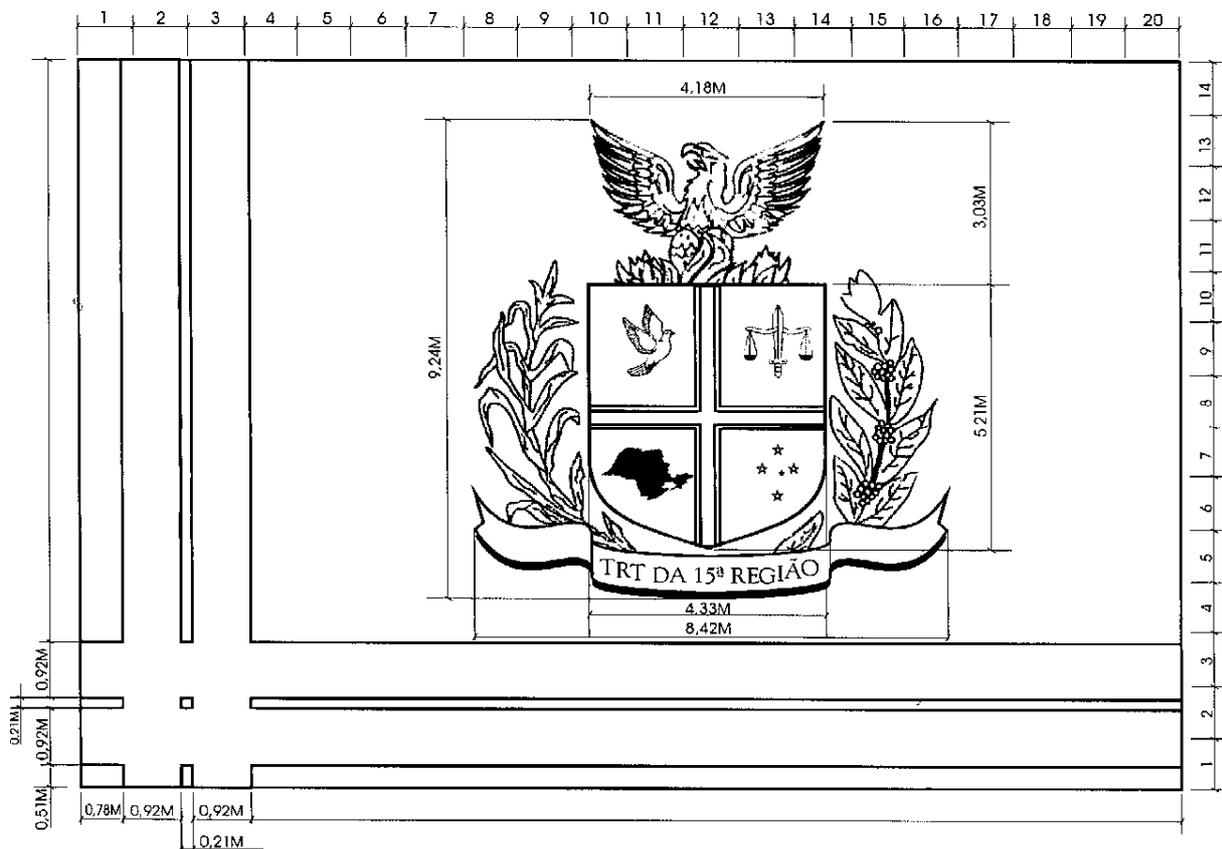
Lote 07 (itens 01, 02 e 03): previsão de solicitação considerando a substituição de bandeiras desgastadas nas Salas de Sessão deste Tribunal.

Lote 07 (item 04): haverá aquisição imediata de 10 unidades para instalação em todas as Salas de Sessão deste Tribunal.

## 1.3. REGRAS PARA FEITURA DA BANDEIRA DO TRT 15ª REGIÃO

- 1.3.1. Para o cálculo das dimensões tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais. Cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo.
- 1.3.2. O comprimento será de vinte módulos (20M).
- 1.3.3. As listras brancas verticais e horizontais terão uma largura de 0,92 módulo (0,92M).
- 1.3.4. A distância entre as listras será de 0,21 módulo (0,21M).
- 1.3.5. A distância do início da listra vertical à borda esquerda será de 0,78 módulos (0,78M).
- 1.3.6. A distância do início da listra horizontal à borda inferior será de 0,51 módulos (0,51M).
- 1.3.7. O brasão será posicionado no centro do retângulo delimitado pelas listras;
- 1.3.8. A altura do brasão desde a sua parte mais alta (ponta da asa da fênix) até a sua parte mais baixa (banda branca recurvada) será de 9,24 módulos (9,24M).
- 1.3.9. A largura do brasão tomado entre as pontas da banda branca será de 8,42 módulos (8,42M).
- 1.3.10. A largura do escudo do brasão será de 4,33 módulos (4,33M).
- 1.3.11. A altura do escudo do brasão desde o topo até sua ponta central inferior será de 5,21 módulos (5,21M).
- 1.3.12. A altura da fênix tomada do topo do escudo até a ponta da asa será de 3,03 módulos (3,03M).
- 1.3.13. A largura da fênix, tomada entre as pontas das asas será de 4,18 módulos (4,18M).
- 1.3.14. A largura da banda branca recurvada será de 0,70 módulo (0,70M).
- 1.3.15. As letras da legenda serão escritas em preto, colocadas no meio da banda, ficando para cima e para baixo um espaço igual em branco. As letras terão uma altura de 0,29 módulo (0,29M).
- 1.3.16. As medidas internas do escudo e os respectivos símbolos deverão ser reproduzidos na proporção do desenho original.

## 1.4. DESENHO MODULAR DA BANDEIRA DO TRT DA 15ª REGIÃO



1.5. As fotos e arquivo em *corel draw* da bandeira do TRT da 15ª Região poderão ser obtidos, juntamente com o presente edital, no endereço eletrônico <http://portal.trt15.jus.br/downloads>.

1.6. Os licitantes poderão solicitar visita a Unidades deste TRT para conhecer e fotografar as bandeiras atualmente utilizadas.

## 2. ORÇAMENTO

Lote	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado do Lote
01	50 unidades	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00

Lote	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado do Lote
02	50 unidades	R\$155,00	R\$ 7.750,00

Lote	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado do Lote
03	05 unidades	R\$ 237,50	R\$ 1.187,50

Lote	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado do Lote
04	30 unidades	R\$ 110,50	R\$ 3.315,00



Lote	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado do Lote
05	35 unidades	R\$ 110,50	R\$ 3.315,00

Lote	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado do Lote
06	100 unidades	R\$ 243,33	R\$ 24.333,00

Lote 07	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total
Item 01	20 unidades	R\$ 375,00ma	R\$ 7.500,00
Item 02	20 unidades	R\$ 375,00	R\$ 7.500,00
Item 03	20 unidades	R\$ 631,50	R\$ 12.630,00
Item 04	30 unidades	R\$ 631,50	R\$ 18.945,00
Valor Total Estimado do Lote			R\$ 46.575,00

### 3. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O vencedor deverá fornecer 01 unidade/01 conjunto do material cotado como amostra inicial, que será submetida(o) à verificação por Setor competente deste Regional, para análise e respectivo parecer técnico, observando-se os critérios a seguir elencados.

3.1.1. A amostra solicitada deverá ser entregue no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação do(a) Pregoeiro(a), na Coordenadoria de Licitações, localizada na Rua Dr. Quirino, 1.080, 5º andar, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-081, das 12h00 às 18h00.

#### Lote 01 – Bandeira do Brasil – uso externo

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei nº 5.700/71, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira Nacional;
- que apresentem as estrelas em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas, conforme determinado na lei;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

#### Lote 02 – Bandeira do Estado de São Paulo – uso externo

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei Estadual nº 145/48, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do Estado de São Paulo;
- que apresentem as figuras em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

### **Lote 03 – Bandeira do Município de Campinas – uso externo**

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei Municipal, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do Município de Campinas;
- que apresentem as figuras em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

### **Lote 04 – Bandeira do Brasil – uso interno**

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei nº 5.700/71, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira Nacional;
- que apresentem as estrelas em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas, conforme determinado na lei;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

### **Lote 05 – Bandeira do Estado de São Paulo – uso interno**

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei Estadual nº 145/48, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do Estado de São Paulo;
- que apresentem as figuras em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

### **Lote 06 – Bandeira do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – uso interno**

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas nas Regras para feitura da bandeira do TRT 15ª Região especificadas no subitem 1.3, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do TRT 15ª Região;
- que apresentem as figuras em disposição e cores divergentes daquelas estabelecidas no modelo do Brasão oficial;
- cujas faces não estiverem idênticas;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.



## **Lote 07**

### **Item 01 – Conjunto de Bandeira do Brasil padrão luxo, roseta, mastro e base – uso interno**

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei nº 5.700/71, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira Nacional;
- que apresentem as estrelas em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas, conforme determinado na lei;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido;
- que as partes costuradas estiverem com acabamento ruim;
- que o conjunto não for estável;
- que o mastro e base não forem metálicos de alumínio;
- que não atenderem quaisquer outras exigências dispostas no edital.

### **Item 02 – Conjunto de Bandeira do Estado de São Paulo padrão luxo, roseta, mastro e base – uso interno**

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei Estadual nº 145/48, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira Estadual;
- que apresentem as figuras em disposição divergente das estabelecidas na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas, conforme determinado na lei;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido;
- que as partes costuradas estiverem com acabamento ruim;
- que o conjunto não for estável;
- que o mastro e base não forem metálicos de alumínio;
- que não atenderem quaisquer outras exigências dispostas no edital.

### **Item 03 – Conjunto de Bandeira do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região padrão luxo, roseta, mastro e base – uso interno**

As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas nas Regras para feitura da bandeira do TRT 15ª Região especificadas no subitem 1.3, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do TRT 15ª Região;
- que apresentem as figuras em disposição divergente daquela estabelecida;
- cujas faces não estiverem idênticas conforme determinado;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.
- que as partes costuradas estiverem com acabamento ruim;
- que o conjunto não for estável;
- que o mastro e base não forem metálicos de alumínio;
- que não atenderem quaisquer outras exigências dispostas no edital.

### **Item 04 – Conjunto de Bandeira do Município de Campinas padrão luxo, roseta, mastro e base – uso interno**



As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei Municipal, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do Município de Campinas;
- que apresentem as figuras em disposição divergente das estabelecidas;
- cujas faces não estiverem idênticas, conforme determinado;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (sujas, rasgadas, desbotadas etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido;
- que as partes costuradas estiverem com acabamento ruim;
- que o conjunto não for estável;
- que o mastro e base não forem metálicos de alumínio;
- que não atenderem quaisquer outras exigências dispostas no edital.

**Observação comum a todos os lotes:** para as medições efetuadas, serão aceitas variações de até 10% das medidas legais.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:

4.1. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata.

4.2. Manter as condições de habilitação previstas em edital durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.3. Comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social.

4.4. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial a que se refere no item 11 deste termo de referência, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

4.5. Comprovar, antes da efetivação desta contratação e manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste:

- a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e
- b) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.



## **5. RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

5.1. O FORNECEDOR será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.

5.2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

## **6. OBRIGAÇÕES DO TRT**

6.1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste termo de referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos.

## **7. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

7.1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

7.1.1. A Nota de Empenho ou Autorização de Compra será enviada via fac-símile ou correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua aparelho de fac-símile ou endereço eletrônico, a Nota de Empenho ou Autorização de Compra deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

7.1.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Compra em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega do produto.

7.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

7.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do FORNECEDOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Autorização de Compra, ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

7.2. A entrega dos materiais deverá ser efetuada em dia de expediente normal, das 11h00 às 17h00, na Seção de Almoxarifado do TRT, localizada na Rua Ângela Signori Grigol, 05, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP. As entregas deverão ser acompanhadas das respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, no prazo estipulado no



subitem abaixo e nas quantidades indicadas através da Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

7.3. O FORNECEDOR obrigará-se a efetuar a entrega dos materiais no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

7.4. O FORNECEDOR obrigará-se a oferecer um prazo de garantia dos materiais de, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

## 8. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

8.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Senhora Coordenadora de Material e Logística.

8.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, os valores unitário e total, bem como o número do processo que deu origem à aquisição (Processo de Compra nº 0376/2016 – Pregão Eletrônico - SRP).

8.3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

8.4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos materiais, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

8.4.1. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

8.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pela contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ ;

onde: EM = encargos moratórios devidos;

N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e  
VP = valor da prestação em atraso.

## **9. SANÇÕES**

9.1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

9.2. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

9.3. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

9.3.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento - AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

9.4. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.

9.5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

9.6. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

9.7. O cancelamento do ajustado por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do material não entregue.

## **10. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Senhora Coordenadora de Material e Logística do TRT, designada gestora da ata de registro de preços.

10.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse da Administração.

10.3. Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo fornecedor, sem qualquer ônus para este E. Tribunal.

## **11. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DA ATA**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

11.1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.

No uso de minhas atribuições, APROVO o presente Termo de Referência.

Campinas, 20 de outubro de 2016.

**ORIGINAL ASSINADO POR**  
**Paulo Eduardo de Almeida**  
Diretor-Geral



## ANEXO II AO EDITAL - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

### 1. Habilitação jurídica

- a) PESSOA FÍSICA: cédula de identidade.
- b) PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO:
  - Empresa individual: o registro na Junta Comercial;
  - Sociedade empresária (que não as sociedades por ações): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
  - Sociedade por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição dos administradores;
  - Sociedade simples: ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
  - Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- c) Prova de regularidade previdenciária e fiscal (federal, estadual e municipal).
- d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

### 3. Qualificação econômico-financeira

- a) **Para empresas regidas pela legislação empresarial, certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa.**
  - a.1) Na hipótese de haver na sede da pessoa jurídica ou no domicílio da pessoa física cartórios que funcionem à revelia do distribuidor, destes também serão exigidas certidões negativas.
- b) Para empresas constituídas como sociedades simples, não sujeitas à legislação comercial, certidão negativa de distribuição, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa, incluindo a negativa de insolvência.
  - b.1) Poderá ser apresentada certidão positiva de distribuição, desde que esteja acompanhada de certidões ou documentos emitidos posteriormente àquela certidão, que comprovem não se tratar de ações de declaração de insolvência.

### 4. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Declaração firmada pelo representante legal da empresa quanto ao uso de mão-de-obra de menor (Anexo V).

#### TEMOS A ESCLARECER:

- os documentos apresentados deverão ser legíveis e em original, ou por processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, à vista da apresentação dos respectivos originais;
- não precisarão ser autenticadas as cópias de documentos e certidões cuja autenticidade possa ser verificada pela Internet;



- as certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos seis meses anteriores à data de apresentação neste Tribunal;
- a ausência de qualquer dos documentos relacionados (itens 1 a 4) impossibilitará a habilitação da empresa no presente certame;
- as peças dos contratos e estatutos sociais apresentadas deverão ser suficientes para demonstrar as normas vigentes da sociedade, principalmente quanto a seu quadro societário, localização, objeto, forma de representação e representantes;
- a apresentação de estatutos e contratos sociais consolidados dispensa a apresentação de documentos a eles anteriores;
- é desnecessária a apresentação de alterações de estatuto ou contrato social que se refiram apenas a mudanças no capital da empresa, bem como alterações intermediárias que apenas expressem cláusulas que não estejam mais vigentes;
- O ramo de atividade da empresa deverá referir-se, obrigatoriamente, à unidade licitante e ao objeto deste Pregão;
- Se os dados da unidade empresarial proponente não coincidirem com os dados da unidade cadastrada, o licitante será considerado inabilitado;
- As empresas que possuírem credenciamento junto ao SICAF plenamente válido no dia da sessão e Declaração emitida por meio do SIASG/SICAF, poderão enviá-la, em substituição aos documentos referentes à Regularidade Fiscal Federal, Estadual e Municipal;
- As empresas que possuírem cadastramento no Sistema Informatizado de Registro Cadastral (SIRC) do TRT da 15ª Região poderão enviar o Certificado de Registro Cadastral, plenamente válido no dia da sessão, em substituição aos documentos relacionados neste Anexo.

#### **PARA HABILITAÇÃO DE FILIAIS:**

- caso a unidade empresarial a se habilitar seja filial, todos os documentos dos itens 2 e 4, bem como a declaração do Anexo V, deverão a ela se referir. Excetuam-se as certidões emitidas para a unidade matriz que forem válidas para as filiais;
- os documentos do item 1 deverão ser referentes à matriz e, também, deverão ser apresentados estatutos ou contratos sociais em que conste a criação da filial, assim como seu objeto, sua representação e sua localização;
- o documento do item 3 deverá ser referente à matriz da empresa, mesmo que a unidade a se habilitar seja filial.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

### ANEXO III AO EDITAL - PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Lote** para Registro de Preços para eventual fornecimento de bandeiras, destinadas às Unidades do E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme as descrições contidas no Anexo I – Termo de Referência, Anexo IV – Ata de Registro de Preços, e nos esclarecimentos eventualmente consignados na licitação - campo “mensagens” do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), partes integrantes do edital do Processo de Compra nº 0376/2016 – Pregão Eletrônico.

Lotes 01 a 06:

LOTE _	Marca/Modelo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total do Lote
			R\$	R\$

Lote 07:

LOTE 07				
Item	Marca/Modelo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01			R\$	R\$
02			R\$	R\$
03			R\$	R\$
04			R\$	R\$
Valor Total do Lote				R\$

### DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

AG. N.º:

CONTA CORRENTE N.º:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

**ANEXO IV AO EDITAL - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/2016**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezesseis, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, daqui em diante designado meramente TRT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVI, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo de Compra n.º 0376/2016 – Pregão Eletrônico - SRP, devidamente homologado à fl. \_\_\_\_ do aludido processo, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei n.º 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05 e do Decreto n.º 7.892/13, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual aquisição de bandeiras, destinadas às Unidades deste E. Tribunal, da empresa abaixo identificada cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, conforme descrito no quadro abaixo. As especificações técnicas constantes do Processo de Compra n.º 0376/2016, bem assim os termos da proposta, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição. Este registro de preços tem validade de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 12, *caput*, do Decreto nº 7.892/2013.

**EMPRESA**

....., com sede na ....., em ....., CEP ....., inscrita no CNPJ n.º....., neste ato representada por seu ....., Sr. ...., portador da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º .....

LOTE	Objeto	Quantidade (unidade)	Marca/Modelo	Preço por Unidade
—				R\$

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
**TRT**

\_\_\_\_\_  
**FORNECEDOR**



## CADASTRO DE RESERVA

A empresa abaixo relacionada está incluída no Cadastro de Reserva, comprometendo-se a praticar, sob as penas da lei, os preços registrados na presente ata, no caso de exclusão da primeira colocada, ocasião em que será verificada se a empresa cadastrada mantém as condições de habilitação previstas em edital e se o produto ofertado cumpre os requisitos indicados no Termo de Referência (Anexo I), inclusive com aplicação de teste, se previsto no documento convocatório.

A inclusão no Cadastro de Reserva deve-se a manifestação da empresa nos termos do subitem 14.1.1 do Edital, obedecida a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

<b>Lote_</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fornecedor Cadastrado</b>	<b>Marca/ Modelo</b>
—			



## ANEXO V AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

I - para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ou emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

II - para fins do disposto na Resolução CSJT nº 103, de 25 de maio de 2012, não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

III - que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

IV - sob as penas da lei nº 6.938/1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

V - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), bem como das disposições da Resolução nº 103, de 25/05/2012, do CSJT.

VI - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais **caso** exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

VII - para fins do disposto no inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, que não há em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

---

Cidade / data.

---

Carimbo e assinatura do representante legal.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
Processo de Compra nº 0376/2016

## ANEXO VI AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social do licitante), com endereço na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_ vem, pelo seu representante legal infra-assinado declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal